6. Conclusões

Os riscos ambientais não podem ser estudados a-espacialmente, isto, é ocorrem em determinado espaço, e este é imbricado de diversas relações. Todo espaço é construído e modificado de acordo com certas intencionalidades, excluindo assim outras parcelas de grupos. Estes excluídos estão afastados dos direitos a cidade, não possuindo as mesmas qualidades que os outros e sofrendo mais com possíveis ameaças como inundações e deslizamentos.

Ao se estudar esses processos ditos físicos, primeiramente, faz-se necessário compreender as multiplasescalaridades e temporalidades. O espaço urbano contém diversas variáveis, não sendo um espaço puro (Lefebvre, 2008). Cabe a essas classes desfavorecidas com o processo do capitalismo selvagem insurgirem contra o crescimento, apenas econômico.

A questão metodológica torna-se um grande desafio para os que buscam a modelagem computacional para o mapeamento. A dificuldade na obtenção de dados, diversidade de escalas de informação (para contrapor) e a subjetividade compõem obstáculos a serem transpostos a quem objetiva um diagnóstico e previsão de ocorrências. Para contorná-los é preciso uma base única de informações de dados, cooperação entre os diversos órgãos, com o desenvolvimento da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), avanços tecnológicos, conhecimentos técnicos e do local estudado. Lembrando-se da limitação do tratamento computacional frente à realidade.

Os problemas ambientais emergem no escopo das crises do fim do século XX e início do XXI e é preciso uma participação maciça dos mais afetados, já que, de acordo com o Lefebvre (2008), só é possível fazer a revolução dentro do próprio sistema.

Os desastres geram violências aos grupos afetados. Estas podem ser materiais e imateriais. Os eventos geram a supressão das relações sociais da comunidade, da família e do indivíduo. Além dessas modificações, a ação/omissão do poder público gera uma nova violência. Retirar as pessoas dos locais afetados influenciando-as a se deslocarem para abrigos temporários. e/ou

casas de familiares, oprime relações e força outras. Esta questão exclui o indivíduo da sua autonomia, da sua relação com o lugar.

Outra questão problemática atual é o modo de gerir os desastres, que transforma os afetados em culpados. Estes forma histórica-socialmente “empurrados” para áreas com maiores probabilidades de ocorrência desses eventos trágicos. E ao ocorrer um desses eventos, acabam sendo tratados como os causadores. Segundo Valencio (2012), os indivíduos afetados possuem um duplo temor, os medos de perdas e pelas perdas, pelo “julgamento moral” da sociedade.

As políticas governamentais associadas aos tecnocratas visam demarcar áreas, nas quais a população em risco deva sair. Caso o evento intenso ocorra culminando no desastre, essa política gerará isenção das esferas públicas e uma culpabilização dos moradores, os quais foram advertidos a sair. A imposição dos técnicos desconsidera a relação dos moradores com as suas moradias e relações sociais locais. A comunidade local, por muitas vezes, luta pelo direito a permanência e que essas políticas públicas de identificação e alerta mudem afim de prevenir/diminuir os riscos, com obras de saneamento ou formas de melhorar a permeabilidade do solo.

Os tecnocratas devem buscar novos meios para lidar com os riscos ambientais. Mapear áreas com maior probabilidade de ocorrência de desastres deve ser apenas o início do processo de gestão desses espaços. Considerar a relação da população local com o seu lugar e sua comunidade precisa ser outro elemento para as políticas. Buscar meios para que essa comunidade não precise ser retirada de suas moradias deveria ser a maior preocupação desses tecnocratas para auxiliar na gestão pública e privada das áreas de risco.

A visão da sociedade também precisa ser modificada, os indivíduos não optam por morar em áreas de risco, tampouco são estes os geradores dos desastres. Eles são forçados a irem para estes espaços devido a mercadificação do solo.

Os desastres ocorrem por associação de inúmeros fatores (físicos e sociais). Ambos podem ser minimizados com políticas governamentais mais atuantes no espaço.

Como analisado confrontando os fatores, as áreas a noroeste e ao sul são mais vulneráveis a possíveis movimentos de massa e inundação. Contudo na área ao sul, as Unidades de Conservação (Anexo 2) possuem um papel preponderante na prevenção dos riscos, visto que, se tomar o exemplo dos últimos desastres, esta área foi uma das menos afetadas.

Já as áreas com uma população com renda mais baixa ocupam diretamente os locais com maior risco. Esta análise mostra a importância da associação da modelagem, com o histórico de ocorrências, com a população e gestão governamental. Atualmente, o Plano Diretor Participativo de Nova Friburgo passa por revisão, e este deveria analisar essas áreas mais vulneráveis com outro olhar, ouvindo de fato a população local. Esta comunidade almeja um realinhamento da gestão com a justiça ambiental, uma moradia digna, sem riscos e com ofertas de serviços.

Assim sendo, hodiernamente há um descompasso entre a construção do risco e as políticas públicas. Os desastres ditos naturais, tem uma grande interferência social, cabendo ao poder público administrar essa relação. As políticas devem visar a melhor redistribuição da justiça ambiental e assegurar uma vida justa aos moradores locais. As modelagens ambientais servem como subsídios para as políticas públicas, uma vez que apontam as áreas que devem possuir maiores investimentos para minimizar possíveis desastres. Contudo, as modelagens devem vir amparadas dos objetivos da população que anseiam por menores violências sociais, por políticas mais justas e pelo direito de residir na sua comunidade.